

**AO EXMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS
DE MONTE ALTO - BA**

**À COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE
ALTO – BA**

**CREDENCIAMENTO Nº 002/2026CR-SESAU
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026IN
INEXIGIBILIDADE Nº 008/2026IN**

IMPUGNANTE:

A empresa **BELA PROTESE LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº **55.231.069/0001-18**, com sede na Rua Abílio Antônio de Almeida nº 298, Letra A, Bairro São Bento, Mato Verde/MG, CEP: 39.527-000, neste ato representada por sua representante legal, Sra. ANNE PATRICIA OLIVEIRA MARTINS, portadora do CPF nº 118.087.796-90 e do RG nº MG17725550 SSP/MG, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelos fundamentos técnicos e jurídicos a seguir expostos.

I – DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é apresentada de forma tempestiva, nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente em observância aos princípios da legalidade, publicidade e controle dos atos administrativos, considerando que o edital encontra-se em período aberto para credenciamento contínuo, conforme previsão expressa do instrumento convocatório.

II – DOS FATOS

Trata-se de Chamamento Público destinado ao credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para a **confeção de próteses dentárias totais e parciais removíveis**, conforme claramente definido no objeto do edital.

Todavia, ao analisar o item **3.9 do edital**, verifica-se exigência manifestamente ilegal e desarrazoada, qual seja:

“Certificado ou protocolo de requerimento de Registro da Instituição no Conselho Regional de Medicina, Odontologia, ultrassonografia, Fisioterapia, Educador Físico e Odontologia”

A exigência, além de redundante (duplicidade de Odontologia), inclui conselhos profissionais absolutamente estranhos ao objeto licitado, como:

- Conselho Regional de Medicina
- Ultrassonografia
- Fisioterapia
- Educador Físico

O que evidencia, de forma inequívoca, a ocorrência de erro material ou grave vício no edital.

III – DO DIREITO

III.1 – DA VIOLAÇÃO À LEI Nº 14.133/2021 (EXIGÊNCIAS DESPROPORCIONAIS)

Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a qualificação técnica deve se limitar **estritamente ao necessário para garantir o cumprimento do objeto contratual.**

Além disso, o art. 5º da referida lei estabelece como princípios:

- Legalidade
- Isonomia
- Competitividade
- Razoabilidade
- Proporcionalidade

A exigência de registro em conselhos como Medicina, Fisioterapia e Educação Física:

- Não guarda qualquer pertinência com o objeto licitado (confecção de próteses dentárias);
- Impõe restrição indevida à competitividade;
- Configura excesso formal e desvio de finalidade.

Trata-se de exigência que extrapola completamente os limites legais, sendo, portanto, nula de pleno direito.

III.2 – DA JURISPRUDÊNCIA

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado:

“As exigências de habilitação devem restringir-se ao mínimo necessário para garantir a execução do objeto, sendo vedadas

aquelas que comprometam a competitividade do certame.” (TCU – Acórdão 1.793/2011 – Plenário)

Ainda:

“É irregular a exigência de qualificação técnica dissociada do objeto licitado.” (TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário)

No mesmo sentido, a jurisprudência dos Tribunais pátrios reconhece que exigências desproporcionais configuram **restrição indevida à competitividade**, violando o caráter isonômico do certame.

III.3 – DA DOUTRINA

Segundo **Marçal Justen Filho**:

“A Administração não pode estabelecer requisitos de habilitação que não tenham relação direta com o objeto da contratação, sob pena de restringir indevidamente a competição.”

Já **Hely Lopes Meirelles** leciona:

“Exigências impertinentes ou irrelevantes ao objeto tornam o edital ilegal, por restringirem a participação de interessados aptos.”

III.4 – DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE E DAS EXIGÊNCIAS CORRETAS

O próprio edital informa que a contratação visa atender ao **Programa Brasil Sorridente**, política pública federal voltada à saúde bucal.



No âmbito do SUS, conforme:

- Lei nº 8.080/90
- Portaria de Consolidação nº 1/2017 do Ministério da Saúde
- Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal

As exigências para serviços de prótese dentária se concentram em:

- Registro no **Conselho Regional de Odontologia (CRO)**;
- Responsável técnico cirurgião-dentista;
- Estrutura laboratorial adequada;
- Cumprimento das normas sanitárias.

Não há qualquer previsão normativa que exija:

- Registro no Conselho de Medicina;
- Conselho de Fisioterapia;
- Conselho de Educação Física;
- Qualquer entidade ligada à ultrassonografia.

Logo, a exigência editalícia está **em total desconformidade com a política pública que fundamenta a contratação.**

III.5 – DA VIOLAÇÃO À COMPETITIVIDADE E À ISONOMIA

A manutenção da exigência impugnada:

- Afasta empresas plenamente aptas (laboratórios de prótese dentária);
- Favorece indevidamente quem eventualmente atenda exigências absurdas;
- Compromete a ampla participação, essencial em credenciamentos.

Configura, portanto, afronta direta aos princípios da:

- Isonomia

LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA

BELA PRÓTESE LTDA - CNPJ: 55-231. 069.0001-18

Rua: Abílio Antônio de Almeida 298, São Bento -Mato Verde - MG - CEP: 39527-000

Contato: (38)99917-5690 - E-mail: licitacaobelaprotese@gmail.com

- Competitividade
- Seleção da proposta mais vantajosa

IV – DO VÍCIO MATERIAL DO EDITAL

É evidente que houve:

- Erro material grave, ou
- Cópia indevida de edital diverso,

resultando em exigência incompatível com o objeto.

Tal vício compromete a legalidade do certame como um todo, devendo ser sanado imediatamente.

V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

1. **O recebimento e conhecimento da presente impugnação**, por ser tempestiva e legalmente fundamentada;
2. **A suspensão imediata do edital**, caso necessário, para correção do vício apontado;
3. **A retificação do item 3.9 do edital**, para que:
 - Seja exigido exclusivamente o registro no **Conselho Regional de Odontologia (CRO)**;
 - Sejam excluídas todas as exigências relativas a conselhos estranhos ao objeto;
4. **A republicação do edital com as devidas correções**, garantindo isonomia e ampla competitividade;

5. Caso não seja esse o entendimento, que sejam apresentadas **justificativas técnicas e jurídicas detalhadas**, sob pena de adoção das medidas cabíveis junto aos órgãos de controle, especialmente o Tribunal de Contas.

VI – CONCLUSÃO

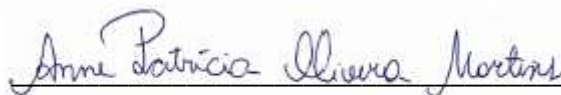
A exigência impugnada é manifestamente ilegal, desproporcional e incompatível com o objeto da contratação, violando frontalmente a Lei nº 14.133/2021, a jurisprudência do TCU, a doutrina majoritária e as diretrizes do Programa Brasil Sorridente.

Sua manutenção compromete a lisura do certame, impondo-se sua imediata correção.

Termos em que,

Pede deferimento.

Mato Verde-MG, 24 de março de 2026.



ANNE PATRICIA OLIVEIRA MARTINS - CPF: 118.087.796-90

BELA PROTESE LTDA - CNPJ nº 55.231.069/0001-18

